

# BIOÉTICA FEMINISTA E OS EFEITOS DOS SISTEMAS DE OPRESSÃO PARA AS QUESTÕES DE SAÚDE DAS MULHERES

Dhayna Tavares Dias<sup>1</sup>; Tânia Aparecida Kuhnen<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Discente do Centro das Ciências Biológicas e de Saúde (CCBS/UFOB, Barreiras-BA/Brasil),  
[dhayna.d6583@ufob.edu.br](mailto:dhayna.d6583@ufob.edu.br)

<sup>2</sup>Docente do Centro das Humanidades (CEHU/UFOB, Barreiras-BA/Brasil), [tania.kuhnen@ufob.edu.br](mailto:tania.kuhnen@ufob.edu.br)

Os primeiros delineamentos teóricos da bioética estabeleceram no final da década de 1970, com a obra “Princípios da ética biomédica” de Beauchamp e Childress, que iniciou uma corrente de pensamento denominada principalismo. Tais autores propuseram quatro pilares morais orientadores das pesquisas envolvendo seres humanos e das decisões tomadas por profissionais e pacientes no âmbito da saúde: o respeito à autonomia, a justiça, a beneficência e a não-maleficência. Essa abordagem, no entanto, causou discussões e questionamentos, entre as quais destaca-se a visão feminista sobre a autonomia. A perspectiva feminista considera o ser humano como alguém imerso em uma teia de fatores e de forças opressivas que influem em sua capacidade de exercer autonomia e devem ser consideradas ao se estudar a relação médico-paciente e as decisões tomadas por cada indivíduo nos ambientes de pesquisa e hospitalares. Assim, ela critica a falta de aprofundamento principalista nas desigualdades que regem a sociedade e a visão idealista de que grande parte das pessoas seriam capazes de atingir um alto nível de autossuficiência e individualismo que permitiria a tomada de decisões plenamente autônomas. Dito isso, esta pesquisa investiga a bioética feminista em sua relação e distinção com a bioética principalista, enfatizando os efeitos dos sistemas de opressão nas questões de saúde de diversas minorias sociais, em especial a das mulheres. O objetivo geral é explorar os limites do conceito de autonomia na teoria principalista de Beauchamp e Childress, especialmente no contexto da opressão vivida por grupos sociais marginalizados. Para tal, os objetivos específicos incluem: compreender o conceito de autonomia na bioética principalista, identificar os aspectos da opressão que impactam a saúde das mulheres em diferentes contextos sociais, analisar como essa opressão reduz a autonomia das mulheres em decisões de saúde e investigar o papel dos profissionais de saúde na mitigação dos efeitos adversos da opressão sobre a autonomia feminina. A metodologia adotada é teórico-reflexiva, baseada em uma revisão bibliográfica de textos que discutem tanto a bioética feminista quanto a principalista. A relevância desta pesquisa reside na necessidade de fomentar uma reflexão crítica sobre a bioética, visando à formação de profissionais de saúde mais conscientes das complexidades que envolvem a saúde das mulheres, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade. Ressalta-se que a bioética principalista é insuficiente para abordar as necessidades das minorias sociais, particularmente das mulheres, uma vez que as múltiplas camadas de opressão que permeiam suas vidas interferem negativamente em todos os âmbitos, incluindo os serviços de saúde. Assim, as mulheres frequentemente são privadas de sua autonomia, enfrentando não apenas violências e negligências, mas também a invisibilidade de suas experiências dentro do modelo bioético tradicional. Faz-se necessária, portanto, uma bioética mais inclusiva e sensível às especificidades de gênero, propondo um olhar crítico sobre as práticas de saúde que assegurem a dignidade e a autonomia das mulheres em suas decisões.

**Palavras-chave:** autonomia, bioética feminista; bioética principalista, opressão; saúde das mulheres.

**Agência Financiadora:** CNPq